

# Confira os assuntos jurídicos recentes que impactam o setor

Mota  
Kalume  
•  
ADVOGADOS

Publicação periódica de caráter informativo com circulação dirigida e gratuita, de acordo com o Provimento nº 205/2021 da OAB Conselho Federal e art. 45 do Código de Ética e Disciplina da OAB. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nós respeitamos a sua privacidade e somos contra qualquer tipo de spam.

Para acessar os links, clique nas matérias



[JFAL – Juiz veta exigência de procuração de analfabetos no Minha Casa Minha Vida](#)

[STJ – Quarta Turma admite penhora de imóvel financiado com alienação fiduciária na execução de cotas condominiais](#)

[CNJ regulamenta adjudicação compulsória de imóveis por cartórios](#)

[STJ: Comprador que desistiu de contrato adimplido não terá restituição](#)

[TJES – MUNICÍPIO É CONDENADO A INDENIZAR MOTOCICLISTA QUE SOFREU QUEDA EM BURACO NA VIA PÚBLICA](#)

[TJSC – Casal que teve terreno ‘invadido’ por município receberá indenização por desapropriação](#)

[TJSC – Dono de carreta que tombou e perdeu carga por culpa de obra em rodovia será indenizado](#)

[TST – Engenheiro será indenizado por uso de equipamento pessoal para trabalhar](#)



[@MOTAKALUME\\_ADV](#)

Mota  
Kalume  
•  
ADVOGADOS

# Confira os assuntos jurídicos recentes que impactam o setor

Mota  
Kalume  
•  
ADVOGADOS

Publicação periódica de caráter informativo com circulação dirigida e gratuita, de acordo com o Provimento nº 205/2021 da OAB Conselho Federal e art. 45 do Código de Ética e Disciplina da OAB. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nós respeitamos a sua privacidade e somos contra qualquer tipo de spam.

Para acessar os links, clique nas matérias



[TRF4 – Obras de Resort Tayayá são retomadas após Justiça Federal confirmar acordo entre as partes](#)

[TJDFT – Justiça determina demolição de obras não licenciadas do Assentamento 26 de Setembro](#)

[Portaria PGR – Dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União](#)



[@MOTAKALUME\\_ADV](#)

Mota  
Kalume  
•  
ADVOGADOS